

Identities Contrastivas: a Inserção do Português na Primeira República

Robertha Pedroso Triches

Graduanda de História, bolsista de iniciação científica – UFF/FCRB

betha_triches@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a imagem que os intelectuais-humoristas da Primeira República produziram ao redor da figura do imigrante português no Rio de Janeiro, buscando perceber suas mudanças e continuidades. Interessa-me compreender como o português se inseriu no incipiente processo de construção da Nação e do povo brasileiro, mais especificamente do carioca, baseando-me na idéia de identidades contrastivas, uma vez que esses intelectuais vão estar construindo o brasileiro a partir da negação do que é português.

Palavras-chave: Nação, Identidade, Alteridade, Caricaturistas, Portugueses.

Introdução

A instauração do novo regime republicano foi acompanhada por sucessivas tentativas de elaboração de projetos de nação que dessem conta da nova realidade do país. O discurso dominante foi aquele que viu no progresso e na civilização o futuro da nova nação, afastando-se de vez de seu passado colonial de atraso. Para isso, era preciso achar respostas para algumas questões que estavam em discussão no momento, incluindo temas como a mestiçagem, a imigração, a educação, a história. Responder a essas questões era tarefa necessária e árdua para os intelectuais empenhados em inserir o Brasil no contexto da modernidade.

Diante dessa intensa reelaboração de sentidos sobre a realidade, os intelectuais vão ter papel fundamental na definição de quem fará parte e quem será excluído da “comunidade imaginada”¹ que julgavam estar construindo. Essa não seria uma tarefa fácil, dada a heterogeneidade da população em seus aspectos diversos como os de costume, de raça, de dialeto, de classe.²

A cidade do Rio de Janeiro torna-se, nesse sentido, objeto privilegiado de análise desses projetos por concentrar as diversidades e contradições da recém instaurada República. É pelas ruas do Rio que circulam os diferentes tipos sociais em jogo na pretendida modernidade brasileira. São ciganos, prostitutas, libertos, capoeiras, ao lado de portugueses, sambistas, poetas, artistas, todos disputando no espaço público as suas marcas de pertencimento e de identidade. Essa dinâmica é trabalhada por Mônica Velloso, que percebe o

* Essa pesquisa a que venho me dedicando é fruto do projeto de pesquisa *O português da Aneidota*, desenvolvido no Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa pela pesquisadora Isabel Lustosa, para o qual colaboro enquanto bolsista de iniciação científica. Nesse artigo estão contidas também algumas idéias trabalhadas por mim em meu projeto de monografia, intitulado “*À sombras das bananeiras d’esta República: os intelectuais-humoristas e a imagem do português nas caricaturas (1890-1920)*”, desenvolvido no departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob orientação da historiadora Martha Abreu.

¹ Conceito desenvolvido por Benedict Anderson em *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

² A intervenção desses intelectuais naquela sociedade e as propostas para a construção de um projeto de nação foram trabalhadas em obras importantes como ABREU, Martha & DANTAS, Carolina Viana. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Record, 2006 (no prelo). VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil “café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói, tese de doutorado, UFF, 2007 (MIMEO); CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

espaço das ruas como objeto de uma batalha simbólica cotidiana, onde valores e práticas estão sendo continuamente reconceituados.³

O processo de afirmação identitária na cidade é, portanto, conflituoso. Na disputa pelo território físico urbano está implícita ao mesmo tempo a disputa de códigos simbólicos. Para Velloso, são esses diferentes códigos que se expressam no espaço urbano e na cultura cotidiana das ruas. Essa adquiriria força ainda maior nas festas, lugar de intenso convívio social, como no caso da Festa da Penha e do carnaval, que eram consideradas na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX as festas mais populares da cidade.⁴

Na condição de cidade-capital, o Rio de Janeiro funcionava simultaneamente como pólo captador e irradiador de culturas, apresentando um clima de forte efervescência de idéias e de práticas culturais. A imposição de um padrão homogeneizador contrastava fortemente com a dinâmica dessa realidade, marcada pela mistura cultural.

É nessa cidade híbrida que fui buscar a figura do imigrante português, um dos atores importantes no jogo de identidade e alteridade presente nos debates sobre a formação de uma identidade nacional. Interessa-me compreender como o português se inseriu nessa modernidade carioca e qual a imagem que os intelectuais da Primeira República produziram desse nosso “velho irmão”.

Para isso, recorro às charges e crônicas, produzidas ao longo das primeiras décadas da República, que se dedicaram de alguma forma a representar a figura do português no cenário carioca. Busca-se discutir aqui qual o papel que os intelectuais-humoristas reservaram ao português nos primórdios do regime republicano à luz de um projeto maior de construção da nação. Primeiro, acredito ser necessário pensarmos a respeito de quem é essa figura que aparece de forma tão constante na produção humorística da época, para depois começarmos a discutir o seu lugar no processo de “invenção” da nação e do povo brasileiro.

Imigrantes portugueses no Brasil

A imigração lusitana no Brasil sempre teve como característica marcante a sua continuidade. Confundi-se com a conquista e colonização, intensificou-se após a

³ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

⁴ Id. *Op.Cit.*, p. 32.

independência e adentrou o século XX.⁵ Mas é em fins do século XIX que vamos presenciar o que ficou conhecido pela historiografia como *Imigração de Massa*, em sua maioria formada por jovens que vinham das regiões mais pobres de Portugal na esperança de *fazer a América*.

De acordo com os dados fornecidos por Eulália Lobo⁶, entre o período que vai de 1875 a 1890, o número de portugueses que entraram no país foi de 270.000, ao passo que entre 1890 a 1907 esse número subiu para 400.000. De uma maneira geral, os pesquisadores que se dedicam ao estudo do tema concordam que esse fenômeno explicou-se tanto pelas condições estruturais de Portugal quanto pela conjuntura brasileira. De um lado estava Portugal, marcado por problemas graves como o difícil acesso a terra, as altas taxas de fecundidade feminina, as limitadas oportunidades de trabalho urbano, devido ao lento processo de instalação do capitalismo no país e as constantes crises agrícolas; de outro o Brasil, onde o fim do tráfico de escravos e a conseqüente abolição da escravatura levavam à queda nos preços das passagens nos navios e ao aumento dos subsídios concedidos pelo governo, a fim de estimular a entrada de trabalhadores livres.

Vinham principalmente das regiões interioranas e pobres do norte de Portugal, com destaque para Minho, Douro, Beira Alta e Trás os Montes, concentrando-se, preferencialmente, nos grandes centros urbanos. É no Rio de Janeiro que essa presença portuguesa pode ser mais bem explorada, invadindo os estabelecimentos comerciais, o setor de obras públicas e o de transportes, tendo sido o português condutor de bondes imortalizado como personagem característico do cenário carioca.⁷

Mais de 132 mil portugueses integravam a força de trabalho da cidade, de acordo com o Censo Municipal de 1906. Segundo Pamplona, os portugueses eram certamente o maior número dentre os 58% de estrangeiros que trabalhavam no comércio, de ¼ dos trabalhadores registrados no sindicato dos Estivadores entre 1903 e 1905, de 57% que atuavam entre os motorneiros de bondes entre 1880 e 1902, dentre os 53% dos empregados na construção civil e dos 52% que trabalhavam nas indústrias de alimentos.⁸ Entre os portugueses pobres que aqui chegavam, os caixeiros constituíram-se também como uma categoria muito comum.

⁵ FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil dos séculos XIX e XX”. In: LESSA, Carlos (Org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/FAPERJ, 2002, pp. 91-116.

⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en siglo XX*. Madrid: MAPFRE, 1994, p. 28.

⁷ Essa imagem do português condutor de bondes foi levantada por Lená Medeiros de Menezes, podendo ser também encontrada em várias caricaturas que retratam o cotidiano do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República. MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

⁸ PAMPLONA, Marco Antônio. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 58.

Eram preferidos aos brasileiros pelos portugueses já estabelecidos, e viviam em regime de verdadeiro internato, trabalhando muito, dormindo pouco e morando no próprio emprego. Os que tinham sorte juntavam dinheiro e abriam seu próprio estabelecimento, ou tornavam-se sócios do patrão em algum negócio. Veja-se a descrição de um caixeiro português pelo cronista Luiz Edmundo:

“Dorme o escravo branco, recém chegado à terra, sobre uma tábua nua, pousada sobre dois caixotes. Sem travesseiros, sem cobertor. Não tem escova de dentes, nem sabe o que é um naco de sabão, uma toalha ou um pente. Não lhe ensinam hábitos de asseio. Mostra crostas de sujeira no peito, nos braços, no pescoço. (...) Cresce, engorda, assim mesmo. O pé já não entra na tamanca. Com a idade vai aprendendo a conhecer o mundo pela filosofia do patrão. Aprende a roubar com ele (...). Vende o podre por bom. Carne seca ardida por fresca. Café com mistura de milho. Duzentos gramas de vinho em oitocentos de água dão, sempre, um litro do melhor Alto-Douro. Engana-se no troco do freguês por malícia.”⁹

Além da denúncia das péssimas condições de trabalho e de vida sofridas pelo caixeiro português no Rio de Janeiro, o autor aponta para algumas imagens que se cristalizaram no imaginário social sobre a figura do imigrante lusitano. Donos da maioria dos estabelecimentos comerciais, eram sempre acusados de cobrarem o quilo pela grama, de misturar água ao vinho para render mais, de dar o troco errado e outras práticas menos honestas. Além disso, eram também culpados pelo aumento da carestia de vida da população, principalmente por serem proprietários de grande parte das casas de aluguel da cidade e dos negócios ligados a comercialização dos gêneros básicos da alimentação carioca.

Como eram em sua maioria analfabetos e possuíam pouca qualificação profissional, submetiam-se a trabalhos duros e pouco remunerados, atividades que antes eram realizadas por escravos e, por isso mesmo, recusadas pelos nacionais, sendo tachados de burros de carga. Os portugueses casados, na maioria das vezes, deixavam em Portugal suas esposas e, como grande parte não regressava à pátria, decidiam por reconstituir nova família no Brasil, esquecendo-se da antiga. Daí falar-se nas “viúvas de mortos vivos”¹⁰. Como vinham muitos solteiros, eram homens pobres que iam habitar cortiços e bairros mais modestos, onde predominava o elemento negro remanescente do tempo da escravidão, acabando por se

⁹ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957, p. 361.

¹⁰ Essa idéia é trabalhada em SOUZA, Fernando & CIRNE, Teresa Felipi. “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil”. In: MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs.) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

envolver aqui como alguma mulata.¹¹ Os números mostram que no início do século XX a relação era de 319 imigrantes portugueses para cada 100 portuguesas que aqui chegavam¹². Essa realidade dava margem para que os portugueses fossem acusados pelos brasileiros de usurpadores de mulheres.

A invasão desses portugueses na cidade levou ao ressurgimento das antigas rivalidades entre brasileiros e portugueses, ou melhor, a uma intensificação desses conflitos, pois “(...) jamais pôde existir comércio de brandura e bem-querença entre conquistador e conquistado”, no dizer de Luiz Edmundo¹³. Diante dessa realidade que, segundo Gladys Ribeiro, o antilusitanismo foi recriado. Este sentimento, de acordo com a autora, constituiu-se na resistência por parte da população carioca ao assalariamento e à exploração econômica. Assalariamento porque o imigrante português ao se sujeitar a condições de trabalho muito ruins, que o brasileiro se recusava, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho. Exploração porque monopolizavam o comércio varejista em geral e eram donos da maioria das casas de aluguel.¹⁴ Esses conflitos foram responsáveis por criar algumas imagens negativas dos portugueses no Brasil, sendo que essa narrativa antilusitana alcançou seu momento mais crítico durante o governo de Floriano Peixoto, materializada no discurso jacobino.

O jacobinismo e o antilusitanismo

Como ficou expresso pela frase de Luiz Edmundo reproduzida acima, as relações entre brasileiros e portugueses sempre estiveram marcadas por uma dose de hostilidade. O sentimento antilusitano acompanhou de muito perto a construção da história do Brasil e do seu povo, transformando-se, muitas vezes, em denominador comum da população.

Para o período que estamos abordando, republicanismo e antilusitanismo pareceram andar juntos, pois nessa época a associação entre monarquismo e lusitanismo era quase uma

¹¹ É a partir dessa realidade que a paixão do português pela mulata vai se fixar como um dos aspectos mais marcantes do estereótipo do português no Brasil, representado principalmente nas caricaturas, no teatro de revista e na música popular brasileira. Essa temática foi trabalhada por mim e por Isabel Lustosa em artigo anterior, *O Português da Anedota*, que versa sobre a conformação do estereótipo do português no imaginário brasileiro.

¹² PAMPLONA, *Op. Cit.*

¹³ EDMUNDO, *Op. Cit.* p. 993.

¹⁴ RIBEIRO, Gladys. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1930*. Niterói: dissertação de mestrado, UFF, 1987. (MIMEO)

regra. Em alguns momentos essas questões se tornaram mais explícitas e as animosidades ainda mais fortes, como durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, em que o antilusitanismo termina por ganhar foros de política oficial.¹⁵ No Rio de Janeiro foi principalmente através do movimento jacobino que esse discurso lusófono se disseminou, encontrando apoio entre muitos grupos da sociedade carioca. Esse movimento tornou-se forte no final do século XIX, com consequência para as duas primeiras décadas do século XX.

Segundo Luiz Antônio Simas, os jacobinos se colocavam como republicanos puros e históricos e sentiam-se imbuídos do dever de salvaguardar a República dos possíveis inimigos: todos aqueles que não compartilhavam de seus princípios¹⁶. Vinham, em sua maioria, da classe média urbana. Eram a favor de uma República forte e militar e defendiam os ideais de progresso, modernidade e civilização.

Lucia Lippi chamou-nos atenção para uma posição comum dos intelectuais jacobinos frente à discussão sobre a nacionalidade. Acusavam o Império de ser responsável pelo atraso do país, apontavam os Estados Unidos da América como modelo histórico a ser seguido e condenavam a colonização e a presença portuguesa na vida política, econômica e social do Brasil.¹⁷ A penetração desse movimento nas camadas mais populares estabeleceu-se mesmo pelo viés do radical antilusitanismo¹⁸. Com um discurso agressivo, acusavam os portugueses pelos males que afligiam a população da Capital Federal, denunciando que o enriquecimento dos imigrantes portugueses era proporcional ao agravamento da situação de pobreza dos brasileiros.

Essas idéias foram difundidas principalmente através da imprensa, encontrando nos jornais *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, e *A Bomba* (que depois passa a se chamar *O Nacional*), de Aníbal Mascarenhas, um importante instrumento de ação jacobina. O jornal *O Jacobino*, que teve seu lançamento apoiado financeiramente pelo governo do Marechal, se utilizava de uma linguagem muito agressiva para criticar a presença portuguesa no Brasil e

¹⁵ SOUZA, Ricardo Luiz. “O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista. v. 5, nº1, 2005, p.144.

¹⁶ Luiz Antônio Simas faz nesse texto uma análise muito interessante da tentativa dos jacobinos de legitimar Floriano Peixoto como o maior herói da República brasileira. O autor defende que esse projeto de mitificar o Marechal apoiou-se na interpretação jacobina da Revolta da Armada de 1893 e da morte dele em 1895. SIMAS, Luiz Antonio. *O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ, 1994.

¹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁸ SIMAS. *Op. Cit.* p. 15. Como vimos, o antilusitanismo é um sentimento recorrente na história do país, aparecendo em outros momentos históricos e trabalhado por obras importantes como em: RIBEIRO, Gladys. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

era extremamente panfletário, sendo todo o seu texto recheado de ironias e de um humor peculiar¹⁹. Seu radicalismo era tamanho que a folha chegou a ser empastelada por portugueses furiosos que destruíram sua oficina, ficando um período impedida de circular.

O jornal caracterizava os portugueses como “exploradores miseráveis”, conspiradores, ladrões. Denunciava a maciça ocupação portuguesa de cargos públicos e seus constantes erros no comércio. Zombava de sua “linguagem atamancada”, trocando o v pelo b, e do seu gosto pela Festa da Penha, considerada por eles como um “costume selvagem”. Para os jacobinos, os portugueses eram todos uns “porcos imundos”, que vinham para o Brasil engordar às nossas custas, chegando mesmo a comemorar com grande entusiasmo a cada notícia de falecimento de portugueses no Rio de Janeiro.

Os jacobinos, portanto, adotaram o antilusitanismo como diretriz ideológica, realizando um ataque direto à figura do imigrante português. Através da imprensa, contribuíram para a disseminação da imagem estereotipada dos portugueses, além de criarem outras ainda mais depreciativas, que aproximavam os imigrantes do que consideravam ser a *barbárie*. Seriam sujos, brancos, mentirosos, ignorantes, avarentos, imorais, inescrupulosos no trabalho, inventores da escravidão e da prostituição, enfim, representariam tudo aquilo de que o Brasil tanto queria se afastar nos primeiros anos da República. Diante disso, viam na expulsão de todos os portugueses e na nacionalização dos negócios a solução para o país. Abaixo seguem algumas historinhas retiradas do *O Jacobino* que pareciam fazer a alegria da população carioca:

“O português só sabe contar até 2, o resto ele conta nos dedos ou com riscos de carvão na parede!”²⁰

“O português foi a monarquia. Hoje o português é o sebastianismo. Reconhecida a insuficiência mental desse povo, o mais inepto e desastrado de todos os povos colonizadores, nem pode mesmo, por desgraça sua e nossa, ser outra coisa senão a asa negra da nossa civilização.”²¹

“Se a avareza fosse virtude, não haveria povinho mais virtuoso do que o português.”²²

¹⁹ A pesquisa no jornal *O Jacobino* foi toda realizada na Biblioteca Nacional. Seus números encontram-se microfilmados na instituição, mas estão incompletos e muitos em péssima conservação, o que prejudicou um pouco na transcrição da fonte.

²⁰ *O Jacobino*, 22/09/1894.

²¹ *O Jacobino*, 20/10/1894.

²² *O Jacobino*, 17/10/1894.

Mas esse discurso lusófono não ficava restrito aos jacobinos, difundindo-se consideravelmente entre a população carioca. Através de um movimento que foi caracterizado por Lincoln Penna de “republicanização das ruas”²³, grande parte dessa população reconheceu na figura de Floriano Peixoto uma saída para seus infortúnios, passando o marechal a representar a possibilidade da salvaguarda da “coisa pública”. Nesse contexto, “coisa pública” refere-se a questões de sobrevivência, como a habitação, a alimentação e a oferta de empregos. Representantes da vertente mais espontânea do republicanismo radical, essa parcela da população carioca também vai apontar os portugueses como os maiores inimigos da nação, já que estava nas mãos desses imigrantes a maior parte desses serviços de que tanto eram carentes.

Essa oposição entre portugueses e brasileiros na Primeira República ficou definitivamente demarcada durante a Revolta da Armada, no ano de 1893, apontada pelo marechal e pelos jacobinos como uma conspiração monarquista. Um dos momentos mais críticos ocorre quando Floriano rompe relações com Portugal, após os navios portugueses *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* concederem asilo aos revoltosos. A população carioca, revoltada com a ingratidão dos portugueses, toma as ruas à procura dos imigrantes, quebrando estabelecimentos comerciais e usando de muita violência para questionar a intromissão portuguesa nos assuntos nacionais. De acordo com Penna²⁴, as ruas do Rio de Janeiro passam a ser vistas como um espaço onde é possível se fazer política, desenvolvendo uma cidadania peculiar que expressava o valor da coisa pública.

O que pudemos perceber a partir da pesquisa sobre o sentimento antilusitano no Rio de Janeiro e o movimento jacobino é que a nacionalidade e o republicanismo brasileiros nessa época eram também firmados via o antilusitanismo das ruas, na participação de conflitos em que os direitos dos portugueses eram questionados e na repulsa a tudo que vinha de Portugal. Segundo Gladys Ribeiro, esse nacionalismo era um *nacionalismo às avessas*, pois se dava com a afirmação do negativo²⁵. Ser brasileiro era negar o que era português.

Essa característica do nacionalismo dos primeiros anos da República pode também ser identificada na produção humorística da época, em que a preocupação em definir uma identidade nacional vai se dar ao mesmo tempo em que se busca afastar a imagem do português da construção da nação. Toda essa discussão vai ser permeada pelas modernas

²³ PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o Florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 175.

²⁴ Id. *Op. Cit.*

²⁵ RIBEIRO, Gladys. *Op. Cit.*

teorias científicas europeias que, traduzidas no Brasil, pareciam definir qual seria o futuro de um país mestiço.

Discutindo raça e civilização

As primeiras décadas do regime republicano vão ser marcadas por reflexões a cerca da construção de uma identidade nacional, buscando achar algumas saídas para a nítida diversidade do país. Nesse momento, o que prevalece é a versão que valoriza o país mestiço, apresentando a convivência harmoniosa das diferenças como uma particularidade nacional.

Pensar as peculiaridades características ou essenciais de um povo, no início do século XX, justificava-se pela idéia de que existiria um “caráter nacional”, uma espécie de “natureza humana” predeterminada, expressa através de fatores culturais, raciais e psicológicos²⁶. Essa visão acompanhava um processo de naturalização das representações sobre a sociedade, consequência dos paradigmas das ciências naturais então em voga. Essas questões foram propostas já no século XIX, quando a diversidade dos povos foi compreendida, sobretudo, em termos raciais, pois como afirmou Lilia Schwarcz, “raça”, no século XIX, tornou-se um conceito ao mesmo tempo negociado e em contínua construção.²⁷

As modernas teorias científicas europeias contribuíram para a naturalização das diferenças socioculturais, correlacionando de forma rígida as leis naturais, com base na biologia, e a sociedade. As características físicas eram relacionadas a atributos morais e tomadas como justificativa para a realidade de atraso de algumas sociedades, assim como para decretar a impossibilidade de alcance do progresso por determinadas nações.

Os deterministas sociais investiram suas pesquisas no grupo, na medida em que entendiam o sujeito apenas como uma somatória dos elementos físicos e morais da raça à qual pertencia.²⁸ Assim, pensadores como Gobineau e Le Bon acreditavam que as raças constituíam fenômenos finais, sendo todo cruzamento entendido como um erro. Estavam, dessa forma, enaltecendo a existência de “tipos puros”, o homem ocidental branco, e mostrando que toda miscigenação é responsável por produzir a degeneração, racial e social.²⁹

²⁶ A respeito da noção de “caráter nacional”, ver LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia. “Dando nome às diferenças”. *Cursos e Eventos*. Nova série, n. 21, 2001, pp. 9-43.

²⁸ SCHWARCZ, Lilia. “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”. *Afro-Ásia*. n. 18, 1996, pp. 77-101.

²⁹ Id. *Op. Cit.*, p. 85.

No Brasil, observa-se principalmente a tradução dos autores darwinistas sociais que, como já falado, destacavam o lado “perverso” da miscigenação. Discursos fatalistas e pessimistas surgiram diante do que fora interpretado pelos autores brasileiros, difundindo-se a idéia de que a mestiçagem no país seria a explicação para o atraso e a inviabilidade da nação, surgindo, ao mesmo tempo, uma série de “medos”, como o da natureza tropical, das chamadas “classes perigosas”, das revoltas de imigrantes.³⁰ Diante da apropriação das teorias deterministas e do impasse sobre qual seria então o futuro de um país mestiço, a solução parecia estar justamente na progressiva eliminação das diferenças, traduzida na teoria do embranquecimento racial, que no Brasil ficou marcada pela política imigratória.

Mas nas primeiras décadas do século XX um novo discurso sobre a nacionalidade começa a se consolidar, destacando as características peculiares e positivas da nação brasileira. Como observa Ângela de Castro Gomes, a crença no fundamento científico das teorias raciais continuava existindo, como pode ser observado no movimento do eugenismo e o conseqüente favorecimento das políticas imigratórias de populações brancas, mas começava-se a avaliar a presença ativa de índios e negros na história e cultura brasileiras.³¹ A miscigenação e a diversidade cultural passam a ser exaltadas como particularidades do país, gerando a idéia de convívio harmônico das diferenças, que mais tarde vai ser consagrada por Gilberto Freyre na expressão “democracia racial”.³²

Ficava a questão de qual papel deveria ser atribuído a cada elemento da mistura. Algumas obras importantes têm buscado refletir sobre a inserção dos mestiços e negros na construção da identidade nacional³³, mas poucas obras têm discutido de fato o papel que o português vai ocupar nesse momento à luz de um projeto maior de construção da nação. Como os intelectuais vão perceber a “herança” portuguesa? Como vão discutir o papel do português na construção da história nacional? Como lidar com a ambigüidade da presença de um imigrante branco que não cabe nos ideais de progresso em discussão? Pois, a primeira vista, a questão que estou propondo parece ambígua, ou seja, discutir a imagem negativa que foi produzida pelos intelectuais-humoristas da Primeira República ao redor da figura do português no momento em que o país estimulava a entrada de imigrantes europeus brancos

³⁰ Essa idéia de “medos” foi levantada por GONTIJO, Rebeca. “Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como ‘patrimônio sociocultural’”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

³¹ GOMES, Angela de Castro. Apud: ABREU, Martha & DANTAS, Carolina. *Op. Cit.*, p. 4.

³² Ver: GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

³³ Ver a respeito dessa inserção: LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001; MARTHA, Abreu & DANTAS, Carolina. *Op. Cit.*

como uma garantia de branqueamento da sociedade e, assim, de civilização. Mas na medida em que entramos no universo desses discursos e percebemos a possibilidade da existência de um projeto de nação por trás deles, compreendemos que Portugal é esse outro que está sendo criticado e achincalhado.

Nesse momento, tornar-se cada vez mais modernas e civilizadas era o desafio principal imposto às nações consideradas atrasadas, como no caso do Brasil, marcado por um passado escravista e colonial. Aqui, a difusão dessas idéias vai acompanhar o processo de remodelação das cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, e a adoção de mão-de-obra imigrante, representada como agente do progresso e da civilização. Era o Brasil buscando se inserir no concerto das nações modernas.

Assim como afirmou Lená Menezes:

“as cidades portuárias periféricas – caso do Rio de Janeiro – tornaram-se portas de entrada do moderno, parâmetros de comparação com realidades vividas pela Europa industrial e burguesa. A aproximação ou distanciamento com as crenças, usos e práticas européias representavam os termômetros da modernidade ou do atraso nos espaços periféricos”³⁴.

Mas dessa Europa tão desejada Portugal não fazia parte. Pelo contrário. O caminho de um presente e futuro modernos no Brasil ficou marcado justamente pela repulsa ao passado colonial, aos valores culturais portugueses e à própria participação dos lusitanos na construção da história nacional.

Além da nítida influência inglesa, observada principalmente na instalação da infraestrutura urbana, nesse momento o Brasil queria ser francês, mais precisamente, parisiense, símbolo máximo da civilização. No embate entre o novo e o velho, Portugal foi, por longo tempo, um passado que se desejava apagar, pois representava o atraso, a tradição, o imobilismo. No Rio de Janeiro, esse combate aos valores portugueses toma fôlego durante as Reformas Pereira Passos, que, segundo o cronista Luiz Edmundo, teria sido responsável por “transformar em uma cidade moderna e digna a velha cidade portuguesa”, declarando “guerra aos bacalhoeiros (...), aos tamanqueiros (...), aos mestres-de-obras que constroem no estilo compoteira e outros autores do atraso colonial”³⁵.

³⁴ MENEZES, Lená Medeiros de. “Atraso x Modernidade: representações em contraste. Portugueses e franceses na cidade do Rio de Janeiro”. Comunicação apresentada durante o XII Encontro Regional de História: Usos do Passado (Anpuh), Niterói, 2006. p. 4.

³⁵ Apud: Id. *Op. Cit*, p. 7.

Portugal era visto como um país de segunda categoria. Parado no tempo, não teria acompanhado o processo de transformação sofrido pelos outros países europeus. Essa crítica tão recorrente poderia ser estendida a Península Ibérica como um todo. A herança portuguesa deveria ser assim atacada, pois carregava indícios fortes de atraso, que incluíam desde questões materiais, fatores físicos, culturais e comportamentais até determinadas características étnicas.

Como os intelectuais-humoristas vão estar discutindo essas questões? Como lidar com idéias tão diversas e às vezes contraditórias? Pois entendo que esses intelectuais, sejam eles caricaturistas ou cronistas, sofrem influência desses diferentes discursos que já estão presentes em sua sociedade, ressignificando-os e representando isso através de seu trabalho. As caricaturas e crônicas, portanto, além de demarcarem uma interpretação da realidade própria do intelectual, acabam revelando também a sua sociedade e os conflitos existentes nela.

Os intelectuais-humoristas e a Nação

Para pensar a intervenção dos intelectuais-humoristas na Primeira República recorri à noção de lugares de sociabilidade. Ângela de Castro Gomes define esse conceito a partir de uma dupla dimensão: de um lado, aquela presente na idéia de redes, aludindo às estruturas organizacionais que se constituem em lugares de aprendizado e de trocas de intelectuais, apontando para a dinâmica de circulação de idéias. De outro, aquela contida na idéia de “microclimas”, que estariam escondidos nessas redes de sociabilidade intelectual e envolveriam as relações pessoais e profissionais de seus integrantes³⁶. Ou seja, se os espaços de sociabilidade intelectual são “geográficos”, são também “afetivos”, agrupando vínculos de amizade, de amor, de competição, ao mesmo tempo que projetos, ideais e ilusões. Esses lugares de sociabilidade, legitimados pelos intelectuais para o debate e propagação de idéias, são indissociáveis de suas formas de intervenção na sociedade.

Em fins do século XIX e início do século XX, as revistas ilustradas vão despontar como um desses importantes canais de sociabilidade intelectual. No Rio de Janeiro, composto por uma população predominantemente analfabeta, essas revistas, com seu caráter de fácil comunicação, de condensação de formas e de ilustração do cotidiano, vão se apresentar como uma linguagem amplamente identificada com as demandas dos novos tempos, marcados por

³⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

uma maior velocidade de informações. Assim como defende Mônica Velloso, essas revistas, reunindo um grupo de intelectuais que serão responsáveis por construir um pensar específico sobre a nacionalidade, baseado no humor e na irreverência, se apresentam como portadoras de projetos de nação, e devem ser vistas como um veículo importante de intervenção intelectual no cotidiano da cidade.³⁷

Destaco nesse ambiente intelectual os cronistas e, principalmente, os caricaturistas. Se por um lado, compartilhavam com o seu grupo boêmio valores como a descontração, a irreverência, o humor e a criatividade, por outro, ressentiam-se por não serem devidamente reconhecidos, caracterizando-se portanto como os *outsiders*. Essa idéia de *intelectuais outsiders* foi trabalhada por alguns pesquisadores como uma condição fundamental para se compreender o caráter dessa produção intelectual. Ângela de Castro Gomes vai mostrar que a presença de instituições consagradas, como a Academia Brasileira de Letras e a Escola Nacional de Belas Artes, marcava uma postura ambígua desses *intelectuais outsiders*, caracterizada por uma dinâmica de desejo e repulsão.³⁸ Por não fazerem parte desses “lugares formais”, esses intelectuais vão procurar consolidar circuitos alternativos para a criação e expressão de suas idéias, assumindo formas variadas como as conferências realizadas em cafés, a criação de revistas e jornais e o agrupamento em torno de associações.

Procurei estudar esses lugares de sociabilidade por entender que as formas de organização desses grupos funcionam, aos nossos olhos de pesquisadores, como uma brecha capaz de possibilitar o acompanhamento do debate de idéias³⁹, que é o meu objetivo. Apesar de estarem fora dessas instituições, esses intelectuais vão estar discutindo também, ao redor dessas revistas, a problemática da Nação e da República. Parto da idéia da existência de uma dimensão política nas propostas estéticas construídas por esses intelectuais, na medida em que estão sempre elaborando interpretações da realidade social.

Nesse aspecto, discordo de alguns autores que vêm na produção intelectual das duas primeiras décadas da República um esvaziamento do seu caráter político.⁴⁰ Em geral, essa corrente historiográfica restringe a discussão política desses intelectuais às últimas décadas

³⁷ Essa idéia foi defendida por Mônica Velloso em suas discussões ao redor da revista *D. Quixote*. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*

³⁹ Ver a respeito dessa temática: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. “A geração boêmia: vida literária em Romances, memórias e biografias”. IN: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁰ Essa posição é adotada, por exemplo, por SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

antes da Proclamação da República e ao Movimento Modernista, com destaque para a década de 1930. É como se as primeiras décadas do século XX, quando a irreverência boêmia e uma “literatura do divertimento” teriam dominado o Rio de Janeiro, não teriam produzido articulações entre o debate político e cultural.

Defendo, assim, que a ironia e o humor não retiravam desses intelectuais o sentimento “missionário”, aquele que os faziam crer na responsabilidade de determinar os rumos da nação. Assim como é afirmado para a década de 1920, esses intelectuais-humoristas vão estar empenhados em definir como o povo brasileiro deve se ver e ser visto pelos de fora, exercendo, portanto, um papel político. Um bom exemplo desse debate foi a proposta feita pelo deputado Deodato Maia, em 1908, de um concurso público em que seria definida uma representação caricatural do Brasil, já que a imagem do índio, consagrada pelas mãos do caricaturista Ângelo Agostini, não estaria mais de acordo com a “modernidade” do país. Independente de ter havido consenso ou não entre os caricaturistas sobre o caráter moderno do Brasil, a questão é que o debate sobre a nação e o povo brasileiro estava acontecendo.

Através da análise das fontes percebemos que a preocupação em definir uma identidade nacional vai se dar em contraste com aquilo que se quer tornar “outro”, estabelecendo essa diferenciação através da ridicularização daquilo que se quer negar. Cecília Azevedo e Maria Celestino de Almeida percebem o conceito de identidade como algo que é plástico, móvel, que está em constante movimento de construção e reconstrução através de processos de apropriações e re-significações culturais.⁴¹ A construção de uma identidade nacional equivale, segundo as autoras, a uma estratégia de legitimação, de afirmação de hegemonia, na medida em que são responsáveis por estabelecer modelos sociais de conduta. Mas esses modelos não seriam arbitrários, e sim resultado de uma negociação simbólica. Isso fica claro quando olhamos para as caricaturas em que os portugueses estão sendo representados. Neste caso os portugueses seriam esse outro e representariam aquilo que deve ser afastado do caráter nacional, uma vez que representam o atraso, o imobilismo, a tradição.

Para Azevedo, a identidade nacional deve ser percebida como uma competição entre diferentes histórias sobre a “auto-identidade” de uma nação, entre diferentes símbolos de sua unidade.⁴² Construir a nação nesse momento não era somente uma questão cultural, era

⁴¹ AZEVEDO, Cecília & ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Identidades Plurais”. IN: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

⁴² AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. IN: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Op. Cit.*

também uma ação política por parte desses intelectuais, pois essa nação tinha que dar certo. Nesses fins do século XIX e início do XX, o projeto de nação desenvolvido pelos intelectuais-humoristas estava assentado na idéia de “identidades contrastivas”, uma vez que esses intelectuais vão estar construindo o “brasileiro” a partir da negação do que é português. É um jogo duplo entre identidade e alteridade.

Mesmo entendendo que o imaginário sobre a nação é um produto histórico, sendo continuamente alterado pela interação dos grupos sociais, esse imaginário não deve ser visto como uma ilusão, como uma negação da realidade. Ele tem que ser vivenciado em ações concretas pelos atores sociais para funcionar.

Essa discussão também é fundamental para se trabalhar com essa produção humorística. Como afirma Isabel Lustosa, no texto satírico, em que a evidência do recorte da realidade tem que ser manifesta para que ele alcance seu objetivo, que é fazer rir – mas não só –, a representação de um aspecto da realidade tem que ter referência explícita no real e corresponder às representações que o público tem dela.⁴³ Mesmo que construída por elementos próprios, a sátira só alcançará o seu objetivo se permitir ao leitor desvendar, através da parábola ou da alegoria, situações e fatos que lhe são familiares.

Portanto, esse imaginário nacional que os intelectuais estão discutindo e construindo a partir de seu trabalho tem que ser, de alguma forma, identificado e vivenciado pela população para fazer sentido. Sendo através de exageros, reducionismos ou estereótipos, a representação ridicularizada da figura do português só vai alcançar seu objetivo se os leitores compartilharem com o artista um mínimo de informações sobre aquilo que se está falando.

Falam as fontes

Para tentar compreender como se dá essa relação com o outro e as representações que essa relação produz, acredito ser fundamental termos em mente o que Bakhtin afirma sobre o uso das palavras. *A palavra é fenômeno ideológico por excelência*, está carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico ou vivencial, sendo que o que escutamos não seriam nem palavras, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, ou seja, juízos de valor. O conceito de dialogismo é também esclarecedor para essa discussão. A concepção dialógica

⁴³ LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boêmia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. Para uma discussão mais aprofundada sobre as caricaturas ver: LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1963, 4v.

contém a idéia de relatividade da autoria individual e, conseqüentemente, o destaque do caráter coletivo e social da produção de idéias e textos. O próprio humano é um intertexto, sua experiência de vida se tece, entrecruza-se e interpenetra com o outro. Pensar em relação dialógica é remeter a um outro princípio, a não autonomia do discurso. As palavras de um falante estariam sempre e inevitavelmente atravessadas pelas palavras de um outro.⁴⁴

Essa reflexão é importante para pensarmos a respeito das imagens e dos estereótipos dos portugueses que foram sendo construídos ao longo das primeiras décadas da República. Isto porque a imagem e a escrita são também tipos de linguagem que apresentam um caráter ideológico. Apesar de solitário, o artista sofre influência dos diferentes e divergentes discursos existentes em sua sociedade, expressando isso através sua obra. Podemos dizer que assim como a palavra, a imagem e a linguagem escrita são também um constructo social.

E quando olhamos para esses textos, pois a imagem é também um tipo de texto, percebemos a tentativa desses intelectuais em afastar a herança portuguesa da nação que se está formando. Nas caricaturas o português é presença certa, sendo sempre representado através dos seus conhecidos estereótipos. Assim, ele está sempre atrás do balcão de um armazém ou de uma loja de secos e molhados, com sua camiseta branca, seu vasto bigode em forma de arame e seus indefectíveis tamancos. Fala errado, trocando o *v* pelo *b*; é rude, grita com os empregados, explora os pobres caixeiros, maltrata a mulher, que na maioria das vezes é uma mulata brasileira. É acusado de errar nas contas dos fregueses, dar troco a menos, adulterar os alimentos, como podemos ver na caricatura abaixo. Cultiva com carinho a “pança” conquistada ao longo dos anos, assim como os cobres conseguidos com muito suor e às vezes com pouca honestidade. É retratado como um ser suarento, piegas, ignorante, em contraste com a esperteza e malandragem do carioca. Ver abaixo duas caricaturas que representam parte dessas imagens.

⁴⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 87.



Fig. 1: J. Carlos. *Careta*. 16 de setembro de 1944, ano XXXVII, nº 1890.

Legenda: "Honra ao merito!"

- Não, senhor. É uma homenagem a "seu" Alvaralhães: um pequeno engano no caderno da senhora *Hunurata*...

- E isso não é tão comum?

- Sim, senhor, mas desta "bez" foi contra ele.

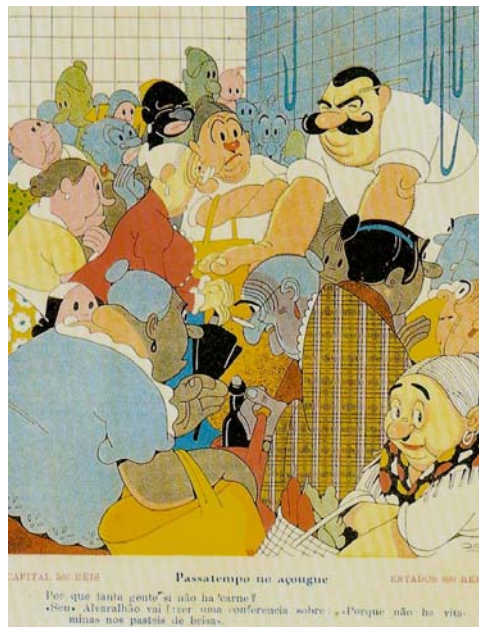


Fig. 2: J. Carlos. *Careta*. 24 de outubro de 1942, ano XXXV, nº 1791.

Legenda: "Passatempo no açougue"

- Por que tanta gente se não ha carne?

- Seu Alvaralhão vai fazer uma conferencia sobre: "Porque não ha vitaminas nos pasteis de brisa".

Não podemos afirmar que esse discurso dos caricaturistas estava permeado pelo sentimento antilusitano, apesar de alguns intelectuais assumirem essa postura. Mas ao ridicularizarem a figura do português, principalmente em alguns aspectos específicos, esses humoristas deixavam claro que algumas características entendidas como “naturais” dos lusitanos não deveriam fazer parte do caráter nacional. Como já falado anteriormente, essas características seriam o símbolo de um povo atrasado e ignorante, marcas de que o Brasil estava tentando se afastar. Isso fica bem claro nas imagens em que o português é destacado pela sua falta de asseio, sua aparência corpulenta, sua ganância por dinheiro, rusticidade, sua incapacidade de lidar com os inventos modernos e sua eterna tristeza e sentimentalismo, contrários a idéia do indivíduo guiado pela razão, imagem que estava mais próxima do ideal de brasileiro naquele momento.

Ao contrário dos caricaturistas, alguns cronistas se assumiram verdadeiramente como antilusitanos. Orestes Barbosa foi um desses e, apesar das décadas que o separam de outros intelectuais que se dedicaram a refletir sobre a presença portuguesa no Brasil, como o caso de Luiz Edmundo, também ficou conhecido por sua aversão aos portugueses, provando que as querelas entre Brasil e Portugal se prolongaram por bastante tempo. Seus escritos têm como principal objetivo retirar a importância de Portugal no processo de construção da história nacional, procurando reservar a essa nação um papel negativo em nossa trajetória, expresso, por exemplo, no fato de terem sido os portugueses quem introduziram a escravidão no país.

Orestes Barbosa era enfático ao negar qualquer relação de amizade entre as duas nações e denunciava a mentira propagada pelos lusos de que seriam eles os autores de nossa civilização, mostrando que, pelo contrário, seriam eles o maior empecilho ao progresso da nação brasileira, “a única terra no mundo em que o nacional é prejudicado e enxovalhado pelo estrangeiro perverso e usurpador”⁴⁵. Em *A verdade* ele exemplifica essa afirmação comparando o imigrante português a outros imigrantes:

“Só abre venda e botequim, (...) fica nas capitaes, em mangas de camisa, atrás de um balcão onde envelhece sem ideal (...) O tamanco continua. Continuam os bigodes e os signaes de cabelo retorcidos. Continua o palito de plantão na boca e o palito na orelha, e o cuspir entre os dentes, original. Continua a grosseria intragável que é um ultraje, nos bond, nos estabelecimentos e nas ruas, à nossa civilização.”⁴⁶

⁴⁵ BARBOSA, Orestes. *O Portuguez no Brasil*. Rio de Janeiro: s/ indicação, 1925. p. 10.

⁴⁶ Id. *Op. Cit.* pp. 87-89.

As imagens do imigrante desonesto, ignorante e sem higiene são também representadas pelo autor, que chega a fundar inclusive pela década de 1930, junto do caricaturista Nássara, *A Jornada*, jornal que durou seis meses e que teve como epígrafe *Não quero saber quem descobriu o Brasil; quero saber quem é que bota água no leite*, tendo como tema principal de discussão a questão da língua nacional.

Essas representações buscam colocar os portugueses no papel de portador do atraso econômico e do tradicionalismo. É através delas que podemos perceber a ridicularização do português como um instrumento utilizado na tentativa de se apagar a importância desse personagem na construção da Nação. E como toda “comunidade imaginada”⁴⁷ necessita de uma história nacional para se legitimar, o que observo através dessas fontes é um esforço memorialístico por parte desses intelectuais em construir uma outra narrativa de nossa história, referenciada pelo humor. Nessa nova narrativa o português tem sua participação diminuída, ocupando somente o já conhecido lugar do cruel colonizador. É com base nessa constatação que podemos falar de uma cultura histórica por parte desses intelectuais-humoristas. Ao escolherem o humor como canal de comunicação, o grupo expressa, através dessa nova linguagem, outra possibilidade de pensar o país.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha & DANTAS, Carolina Viana. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Oitocentos**. Rio de Janeiro: Record, 2006 (no prelo).

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AZEVEDO, Cecília & ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Identidades Plurais”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

⁴⁷ ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*

BARBOSA, Orestes. **O Portuguez no Brasil**. Rio de Janeiro: s/ indicação, 1925.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **Ecoss da folia**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

DANTAS, Carolina Vianna. **Brasil “café com leite”**: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914). Niterói, tese de doutorado, UFF, 2007 (MIMEO).

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. 2ª ed.

FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil dos séculos XIX e XX”. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os lusíadas na aventura do Rio moderno**. Rio de Janeiro: Record/FAPERJ, 2002, pp. 91-116.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...** Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONTIJO, Rebeca. “Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como ‘patrimônio sociocultural’”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.

LE MOS, Renato. **Uma História do Brasil através das caricaturas**. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras e Expressões, 2001.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. São Paulo: J. Olympio, 1963. 4v.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Portugueses em Brasil em século XX**. Madrid: MAPFRE, 1994.

LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

_____. “Atraso x Modernidade: representações em contraste. Portugueses e franceses na cidade do Rio de Janeiro”. Comunicação apresentada durante o XII Encontro Regional de História: Usos do Passado (Anpuh), Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAMPLONA, Marco Antônio. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: o Florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **“Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)**. Niterói: UFF, 1987.

_____. **A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro, Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

ROWLAND, Robert. “Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses”. **Etnográficas**, v. V, n. 1. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, 2001.

SCHWARCZ, Lília. “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”. **Afro-Ásia**. nº 18, 1996.

_____. “Dando nome às diferenças”. **Cursos e Eventos**. Nova série, n. 21, 2001, pp. 9-43.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIMAS, Luiz Antônio. **O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ, 1994.

SOUZA, Fernando & CIRNE, Teresa Felipi. “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil”. In: MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs.) **Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos**. Niterói: Muiraquitã, 2006.

SOUZA, Ricardo Luiz. “O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”. In: **Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista**. v. 5, nº1, 2005.

TORRES, Antônio. **As razões da Inconfidência**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30): mediações, linguagens e espaços**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VIEIRA, Nelson. **Brasil e Portugal, a imagem recíproca:** o mito e a realidade na expressão literária. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Periódicos consultados

A Bomba

Careta

Fon-Fon

O Jacobino

O Malho

Para Todos